

## **Rede Tabaco Zero: especificidade e desafios na articulação de ações em controle do tabaco**

Por: Paula Johns

Em 31 de maio comemora-se o Dia Mundial sem Tabaco, uma data importante para ativistas de todo o mundo que lidam com controle do tabagismo. Aproveitando que as atenções estão voltadas para esse tema, vou falar um pouco sobre a experiência da formação da Rede Tabaco Zero, uma rede de organizações da sociedade civil, sociedades médicas e ativistas, entre outros grupos e indivíduos engajados em controle do tabaco. Antes de falar da rede é pertinente falar um pouco mais sobre esse tal de controle do tabaco.

Resumindo uma longa história, o ato de fumar conquistou o mundo e foi, durante muitos anos, considerado um símbolo de status, receita garantida para charme, glamour e sucesso. Quem não se lembra dos filmes de Hollywood e dos grandes astros com seus cigarros denotando inteligência, virilidade, independência, entre outras características tão desejadas pelos meros mortais? Afinal, "o importante é ter charme" e, saindo de "um raro prazer" para "o fino que satisfaz", é tudo "uma questão de ser Free".

Os slogans de promoção de cigarros continuam presentes e seduzem nosso imaginário, porém a imagem da escalada de uma montanha, acompanhada por estonteante alpinista acendendo um cigarro ao chegar ao topo, vem sendo cada vez mais substituída por uma escalada de números alarmantes. O tabagismo se tornou um problema de saúde pública, classificado como doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e responsável por 5 milhões de mortes anualmente em todo o mundo, sendo 200 mil mortes só no Brasil. Esses números são mais elevados do que a soma de mortes por Aids, mortalidade materna, acidentes de carro, assassinatos e suicídios. Os cigarros e os derivados do tabaco são os únicos produtos de consumo, legalmente disponíveis, que matam se usados conforme indicação do fabricante. Segundo estimativas da OMS, em 2025 deverão morrer 10 milhões de fumantes por ano, sendo que sete em cada dez mortes ocorrerão em países em desenvolvimento.

Que o cigarro faz mal e está associado ao desenvolvimento de inúmeras doenças já não é mais novidade para ninguém. No entanto as pessoas continuam a fumar, apesar de uma campanha de governo abrangente, que envolve restrições à publicidade, advertências com imagens nos maços de cigarro (até o momento, apenas o Brasil e o Canadá adotaram essa medida), criações de centros de tratamento para os fumantes, instalação de um 0800 com informações para quem quer parar de fumar, aumentos de preços, fiscalização de ambientes de trabalho livres do fumo, entre outras medidas mais ou menos polêmicas aos olhos da opinião pública.

Mas o objetivo deste artigo não é divagar a respeito dos motivos que levam as pessoas a fumar ou não fumar, ou o que faz com que algumas pessoas queiram ou consigam deixar de fumar, outras não. Trata-se de uma droga lícita, barata, acessível e que, para muitos, funciona como válvula de escape para soltar as pressões da panela da

vida. Tampouco tenho a intenção de refletir a respeito da eficácia das campanhas governamentais.

Neste espaço, o importante é falar de articulação em rede da sociedade civil, voltada para esse chamado “hábito” de fumar, propagado como “opção adulta”, que está em todos os lugares e extremamente próximo de cada um de nós, seja por sermos fumantes ou convivermos com fumantes em casa ou no ambiente de trabalho. Enfim, fumar é uma doença altamente normalizada e aceita na nossa sociedade – o que é compreensível e lógico, afinal fumar foi muito bem difundido e divulgado. E, seja como mocinho ou vilão, continua conquistando milhares de jovens todos os dias, os quais, seduzidos pela representação de estilos de vida, se tornam escravos da Dona Nicotina. Alguns conseguem se libertar, outros morrem escravos.

Controle do tabaco é mais do que “fumar ou não fumar”, no âmbito do indivíduo. É, efetivamente, uma questão de saúde pública e o grande desafio é reunir no movimento de controle do tabaco todas as variáveis que envolvem esse tema. O vetor do tabagismo é uma indústria poderosa, um negócio potencializado pela globalização da economia e que lucra bilhões de dólares por ano promovendo doenças e mortes, além de um enorme ônus emocional para as famílias dos fumantes que adoecem (um em cada dois fumantes crônicos vai desenvolver alguma doença devido ao fumo) e um rombo aos cofres públicos em despesas com doenças tabaco-relacionadas.

Uma das variáveis importantes do controle do tabaco são as questões econômicas – diferentemente do que o senso comum crê, de que cigarro faz mal para saúde, mas em compensação gera uma grande receita para os governos, assim como milhões de empregos. Isto é um mito. Segundo dados do Banco Mundial, as perdas econômicas geradas pela produção e pelo consumo de tabaco estão em torno de 200 bilhões de dólares/ano[1].

Existem ainda os custos para a saúde de quem planta o fumo, além dos custos ambientais. O tabaco é uma agricultura familiar intensiva, que utiliza enorme quantidade de pesticidas, provocando doenças nos fumicultores, depleção do solo, poluição das águas, resíduos tóxicos na terra. A folha do tabaco utilizada para a fabricação de cigarros é seca em fornos a lenha, o que destrói as florestas nativas, que são substituídas por reflorestamento com eucaliptos, com nefastas conseqüências ambientais. Para a família do produtor, a Doença da Folha Verde, provocada pelo manuseio da nicotina, provoca depressão, podendo até mesmo levar ao suicídio. Um estudo realizado no município de Venâncio Aires (RS), com alta produção de folha de tabaco, detectou uma taxa local de suicídio sete vezes maior que a média nacional. Além disso, a estrutura de produção agrícola familiar em sistema integrado com a indústria do tabaco, por um lado, representa destino certo para a safra e, por outro, tira o poder de barganha do produtor, que normalmente está sempre em dívida com esta indústria para aquisição de insumos e equipamentos e é obrigado a pagar pela sua dívida em fumo. O que significa que, mesmo sem querer, muitos fumicultores se tornam dependentes do plantio também. Esses são apenas alguns exemplos, para indicar a variedade de temas envolvidos quando falamos em controle do tabaco. Existem casos em que o fumicultor morre e que mulher e filhos “herdam” a dívida com a empresa.

Na realidade, o tabaco gera pobreza, e é por esse motivo que o tema eleito pela OMS para ser trabalhado em 2004, em todo o mundo, é "Tabaco x Pobreza". Controle do tabaco não é somente uma questão de saúde pública, mas está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento sustentável e, na sua interface com a pobreza, envolve questões de segurança alimentar. Daí veio a inspiração para o nome da rede como forma de apoio ao aspecto conceitual do Fome Zero.

Apesar de vários governos terem desenvolvido algumas ações, o controle do tabaco no Brasil ainda é, em grande parte, uma bandeira levantada pelo último governo, que priorizou esta área, avançou efetivamente em termos de legislação e desenvolveu um programa nacional exemplar, capitaneado pelo Inca [*Instituto Nacional de Câncer*], que foi motivo de premiação internacional.

No caso da agenda da sociedade civil e dos movimentos sociais, controle do tabaco nunca foi um tema prioritário no Brasil, diferentemente de outros temas em que a articulação da sociedade civil organizada foi o fator gerador de políticas públicas. Como é o caso de políticas de saúde da mulher, fruto dos movimentos feministas, e de várias políticas ambientais, resultantes dos movimentos ambientalistas.

No entanto, como vimos anteriormente, controle do tabaco tem interface com inúmeras questões importantes e que fazem parte da pauta dos movimentos sociais. É sabido que políticas públicas sem respaldo da sociedade civil têm vida curta e podem ficar à mercê de mudanças político-partidárias. E é nesse contexto, a partir da identificação da necessidade de atuação menos fragmentada da sociedade civil para que as conquistas em controle do tabaco não se tornem letra morta, que surge a Rede Tabaco Zero (RTZ). Ela tem como proposta articular ações entre organizações que já atuam direta e indiretamente em temas relativos ao controle do tabaco e atrair novos parceiros para expandir essa empreitada.

Sérgio Boeira[2] analisa o que chama de movimento antifumo no Brasil, a partir de um bem-desenvolvido conceito de *redes multifragmentárias* que vivem num embate com *redes estratégicas*. As redes multifragmentárias são compostas por vários atores sociais, que englobam desde a OMS até instituições religiosas, grupos de anônimos, movimentos de agricultores, familiares de vítimas, entre outros. Boeira divide a rede multifragmentária em nove fragmentos: tradição religiosa, ONGs médicas, saúde pública, movimento antifumo, ambientalismo, ONGs advocatícias, mídia ético-política, grupos de anônimos, antitabagismo mercadológico.

As redes estratégicas são formadas pelas transnacionais do tabaco e envolvem um elemento central, através do qual há um fluxo de informações "que geram um movimento estratégico-sistêmico mais ou menos complexo, mais ou menos mecanicista"[3]. Utilizando-se do exemplo concreto da Souza Cruz, descreve sua estrutura, com a sede da BAT [*controladora acionária da Souza Cruz*] em Londres desempenhando uma posição estratégica nas decisões do grupo em todo o mundo, através de diretorias regionais. As respostas aos desafios enfrentados pela indústria do tabaco hoje, em face das inequívocas e milhares de evidências científicas sobre os malefícios do tabagismo, são elaboradas e implementadas por meio de uma estratégia de marketing global com base no fundamentalismo mercadológico. Ainda que exista concorrência entre as empresas tabaqueiras, estas se unem em favor de

posicionamentos em comum quando o que está em jogo é fazer *lobby* sobre legislação e medidas de regulamentação do tabaco, nacional e internacionalmente.

Em busca de formas de contraposição como sociedade civil, para responder de forma rápida, dinâmica e articulada às estratégias de expansão da indústria do tabaco, foi criada a RTZ. Já que as ações em controle do tabaco são normalmente pontuais e fragmentadas e não há uma estratégia traçada para se contrapor à rede estratégica das tabaqueiras, o maior desafio é juntar as ações pontuais e pequenos projetos de forma que possam formar uma estratégia mais ampla, visando promover ações mais eficientes. Temos uma base importante, que é uma legislação forte e um programa de governo bem-estruturado, mas ainda falta muita mobilização e participação.

A RTZ foi recém-fundada e enfrenta uma série de desafios específicos à sua consolidação e ao seu funcionamento. Já demos passos importantes, como reunir um grupo de trabalho envolvendo algumas pessoas de referência em controle do tabaco no país, criar uma plataforma de ação e disponibilizar ferramentas de articulação, participação e interação por meio da nossa página na Internet ([www.tabacozero.net](http://www.tabacozero.net)). Mesmo com vários pontos concretos, estamos apenas engatinhando no processo de criação de uma rede cujos potenciais e limitações vão se dando a conhecer através do próprio processo de articulação e mobilização.

Em linhas gerais, sofremos das mesmas limitações em recursos humanos e financeiros, dependência de trabalho voluntário, engajamento e ativismo de seus membros que as enfrentados por outras redes e outros movimentos sociais. Uma das especificidades no controle do tabaco é o desafio de unir as sociedades médicas e científicas às ONGs e aos movimentos sociais. Em outras palavras, como abarcar a diversidade, diluir preconceitos recíprocos em relação ao outro, ao mesmo tempo em que se tem uma voz relativamente uníssona em prol de um objetivo comum? Paradoxalmente, é nos desafios que está o maior capital da RTZ, uma vez que é a diversidade de atores envolvidos e suas especificidades que a fortalecem e lhe conferem força política e credibilidade.

Existem várias estruturas para a formação de uma rede. No caso da RTZ, optamos por um modelo centrado na Plataforma de Ação construída pelo grupo de trabalho. As organizações integrantes mantêm sua autonomia de realizar suas próprias ações e ir além das posições adotadas pela RTZ. A RTZ possui uma secretaria executiva que se posiciona publicamente em nome da rede, sem necessitar de autorização de seus membros, desde que o posicionamento esteja de acordo com os princípios explicitados na Plataforma. A RTZ é uma rede não-governamental e autônoma que tem como objetivo "mobilizar e articular a sociedade civil para apoiar o processo de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, bem como monitorar a implementação das obrigações contidas no tratado internacional e em seus protocolos na legislação nacional".

Por fim, quem é essa tal de Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco? Imagino que poucas pessoas, fora do universo de controle do tabaco, tenham ouvido falar a respeito. Trata-se do primeiro tratado internacional na área da saúde. Foi convocado pela OMS e negociado entre 1999 e 2003 pelos seus países membros. É um conjunto de leis internacionais para regulamentação da produção, da comercialização e do

consumo do tabaco e seus derivados. A Convenção-Quadro prevê medidas que envolvem todos os temas de controle do tabaco, indo de medidas para lidar com o contrabando, alternativas ao plantio do fumo, passando por restrição de publicidade e promoção, proteção da saúde dos não-fumantes, até tratamento para os fumantes que desejam parar, entre outras. O texto da convenção e outras informações sobre a rede podem ser acessados em [www.tabacozero.net](http://www.tabacozero.net).

Dentre outras, uma das grandes vantagens de formar uma rede com o objetivo de politizar o tabaco é justamente somar esforços e minimizar contradições, o que naturalmente confere peso político à causa e reflete o apoio que existe na sociedade em relação a medidas de controle do tabaco, além de possibilitar a maximização de recursos escassos.

Por fim, convido todos a participar e perceber o movimento de controle do tabaco não como um movimento contra, mas apenas como um movimento a favor de uma sociedade mais saudável e sustentável.

[1] "A epidemia do tabagismo – os governos e os aspectos econômicos do controle do tabaco", publicação do Banco Mundial, 1999.

[2] Boeira, Sérgio. *Atrás da cortina de fumaça – tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica*, Editora Univali, Itajaí, SC 2002.

[3] Ibid, pág. 310

**Paula Johns** é coordenadora do Programa de Controle do Tabaco da Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh) e coordenadora da Rede Tabaco Zero